

O CORPO TEM VALOR NAS SUAS SINGULARIDADES

Samara Carneiro Cardoso Brites¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar, de forma sintética, os principais conceitos desenvolvidos por Judith Butler, em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, e Michel Foucault, na obra *História da sexualidade*, estabelecendo um diálogo entre essas ideias e práticas pedagógicas na educação básica. Acreditamos que inserir discussões sobre gênero, identidade e sexualidade no currículo escolar é essencial para construir um ambiente educacional mais inclusivo, acolhedor e aberto à diversidade.

A partir das reflexões desses autores, entendemos que o processo de formação de crianças e adolescentes precisa levar em conta a desconstrução das normas tradicionais de gênero, além de estimular a reflexão crítica sobre os dispositivos de poder que regulam corpos e subjetividades. Defendemos, assim, que a abordagem crítica e reflexiva dessas temáticas na escola é um caminho importante para promover o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, plural e respeitosa com as diferenças.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Identidade. Currículo.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre gênero, sexualidade e identidade têm ocupado um espaço central nos debates educacionais, impulsionadas tanto pelos avanços das pesquisas acadêmicas quanto pelas lutas sociais por reconhecimento, equidade e direitos. Em um contexto em que as instituições escolares ainda atuam, muitas vezes, como lugares que reproduzem normas hegemônicas, torna-se cada vez mais urgente questionar práticas e discursos que silenciam, marginalizam ou invisibilizam sujeitos cujas existências não se enquadram nos padrões heteronormativos e cis normativos historicamente estabelecidos.

Diante desse cenário, é fundamental compreender que a escola não é, nem deve ser um espaço neutro ou simplesmente transmissor de conteúdo. Pelo contrário, ela se configura como um território de formação de subjetividades, onde relações de poder atravessam corpos, discursos e práticas cotidianas. Por isso, entender como as normas de gênero e sexualidade são construídas, reguladas e naturalizadas no ambiente escolar é uma tarefa essencial para quem acredita em uma educação comprometida com os princípios da justiça social, da diversidade e da inclusão.

As reflexões de Michel Foucault e Judith Butler oferecem importantes ferramentas teóricas para pensar essas questões, pois nos permitem problematizar as

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

relações entre poder, saber, subjetivação e performatividade. A partir desses referenciais, percebemos que as identidades de gênero e sexualidade não são naturais nem fixas, mas são produzidas por práticas discursivas, dispositivos normativos e regimes de verdade que atravessam a vida em sociedade e, inevitavelmente, a educação.

É nesse sentido que este artigo se propõe a analisar, com base nas contribuições de Foucault e Butler, como as normas de gênero e sexualidade atravessam o cotidiano escolar e impactam a formação de sujeitos. Além disso, busca-se refletir sobre as possibilidades de questionar e transformar essas normativas no currículo e nas práticas pedagógicas da educação básica, contribuindo para a construção de espaços educativos mais democráticos, inclusivos e sensíveis à pluralidade que caracteriza a sociedade contemporânea.

Como parte desse esforço, propõe-se também analisar uma prática pedagógica desenvolvida com uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental II, cujo objetivo central é promover o entendimento sobre orientação sexual, identidade de gênero, diversidade sexual e a importância do respeito e da empatia. Essa proposta está alinhada com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reforça a necessidade de tratar a sexualidade de maneira integral e respeitosa, garantindo o direito à diversidade e ao reconhecimento das múltiplas identidades presentes no ambiente escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Judith Butler e a performatividade de gênero

Judith Butler (2003, 2019) provoca uma verdadeira ruptura nos estudos de gênero ao questionar a visão tradicional que entende o gênero como algo natural, fixo e biologicamente determinado. Para ela, o gênero não é uma identidade que existe antes de qualquer coisa, mas sim o resultado de práticas que se repetem no dia a dia. É uma construção social que se manifesta por meio da linguagem, dos gestos, das expressões corporais e das ações cotidianas que, ao serem constantemente reiteradas, criam a sensação de uma identidade estável e coerente.

A ideia de performatividade de gênero, proposta por Butler, não significa que as pessoas simplesmente escolhem ou fingem desempenhar um papel de forma consciente. Pelo contrário, trata-se de um processo profundamente enraizado em normas sociais que determinam quais comportamentos são considerados aceitáveis, reconhecíveis e legítimos. Assim, nossos corpos acabam sendo moldados dentro de padrões que

[Digite aqui]

estabelecem o que é entendido como ser homem, mulher, heterossexual ou homossexual, reforçando uma visão de mundo binária e heteronormativa.

No cotidiano escolar, essas normas aparecem de maneira muitas vezes sutil: na forma como os espaços são organizados, nas expectativas sobre o comportamento de meninos e meninas, na escolha dos conteúdos e até mesmo nas interações entre professores e alunos, sempre permeadas por questões de gênero e sexualidade. Compreender que o gênero é performativo abre a possibilidade para que educadores e educadoras questionem essas normas e criem espaços pedagógicos mais abertos, acolhedores e respeitosos com a diversidade de corpos, expressões e identidades.

Além disso, Butler chama atenção para o regime da heteronormatividade um conjunto de práticas e discursos que fazem da heterossexualidade a norma, a medida do que é considerado legítimo ou até mesmo "normal". Enfrentar esse regime é, segundo a autora, um ato político importante, pois amplia as possibilidades de existência e desafia os padrões que historicamente marginalizam pessoas cujas identidades não se encaixam nesse modelo. Assim, promover uma educação que questione a heteronormatividade significa também assumir um compromisso ético com os direitos humanos e com a valorização da diversidade.

2.2 Michel Foucault e os dispositivos de poder, saber e sexualidade

A contribuição de Michel Foucault (1984, 1988, 1999) é essencial para entendermos como o poder atua na formação das pessoas e no controle sobre os corpos. Em especial na obra *História da Sexualidade*, Foucault rompe com a ideia tradicional de que o poder funciona apenas de maneira repressiva. Ele propõe uma visão mais complexa: o poder é produtivo, está espalhado por todos os lugares e se manifesta nas relações sociais do dia a dia. Não está concentrado em um único centro, mas circula, atravessa corpos, discursos e instituições, moldando saberes e subjetividades.

“O corpo é, pois, uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica. O corpo humano e a saúde humana, mais do que nunca, entram no campo de ação do poder.”
(FOUCAULT, 1984, p. 141)

Um dos conceitos mais importantes para essa reflexão é o de dispositivo. Para Foucault, dispositivos são conjuntos variados de discursos, práticas, instituições, normas e saberes que atuam de forma a controlar e regular a vida. A sexualidade, por exemplo, não é simplesmente uma dimensão privada ou natural, mas foi construída

[Digite aqui]

historicamente como um campo de saber e de intervenção, sendo constantemente regulada através de discursos e práticas que controlam os corpos.

“A sexualidade não é uma substância que aflora espontaneamente, mas um dispositivo histórico: um conjunto de dispositivos de saber-poder, que incitam, intensificam, regulam e organizam as práticas e discursos em torno do sexo.”
(FOUCAULT, 1984, p. 119)

Nesse sentido, a escola aparece como um exemplo claro de dispositivo disciplinar. Ela participa ativamente na formação de subjetividades, ao impor normas sobre comportamento, vestimentas, formas de expressão corporal e modos de sociabilidade. As práticas pedagógicas, os currículos, as avaliações e até as interações cotidianas são atravessados por "regimes de verdade" que determinam o que é visto como adequado, normal ou desviante.

Outro conceito fundamental desenvolvido por Foucault é o de biopoder. Ele se refere ao conjunto de práticas e saberes voltados para administrar, regular e otimizar a vida das populações, produzindo sujeitos disciplinados, saudáveis e produtivos. No ambiente escolar, isso se traduz em mecanismos de controle sobre os corpos, na normatização de gêneros e sexualidades e na formação de identidades alinhadas com as expectativas sociais predominantes.

Compreender como esses processos funcionam nos ajuda a desnaturalizar práticas educativas que, muitas vezes, são vistas como neutras ou inevitáveis. Reconhecer que a escola também é um espaço de disputa onde tanto se podem reforçar opressões quanto promover resistências e transformações é fundamental. É justamente nesse tensionamento que se encontra a potência da educação como uma prática social capaz de transformar realidades.

2.3 Contribuições brasileiras para o debate sobre gênero, sexualidade e educação

No Brasil, a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas tem ganhado força graças a estudos que ampliam o olhar de Butler e Foucault, trazendo à tona a complexidade das relações sociais, culturais e políticas do nosso país.

Guacira Lopes Louro (2006; 2011) chama a atenção para a importância de questionar as normas de gênero presentes na escola. Ela aponta que, tradicionalmente, as instituições escolares acabam reproduzindo mecanismos que naturalizam desigualdades e estereótipos, principalmente por meio dos métodos de ensino e dos

[Digite aqui]

currículos. Para Louro, é essencial apostar numa “pedagogia da diferença” — uma educação que reconheça e valorize a diversidade dos corpos, das sexualidades e das identidades, quebrando com a lógica da exclusão.

Berenice Bento (2008; 2013) contribui para essa conversa ao destacar que a sexualidade é parte fundamental da identidade e da subjetividade. Segundo ela, a escola precisa ser um espaço aberto para debates críticos sobre sexualidade, capaz de enfrentar preconceitos e incentivar uma cultura de respeito e valorização das diferenças. Bento também ressalta a importância de políticas públicas que garantam o direito a uma educação integral sobre sexualidade.

A escola tem que ser um lugar de problematização sobre a sexualidade, pois é lá que está inúmeras vozes, histórias e saberes, os quais precisam ser ouvidos e acolhidos diante de uma sociedade extremamente preconceituosa e que prefere muitas vezes se calar as identidades de gêneros que constroem toda uma escola.

Richard Miskolci (2014; 2017) traz uma reflexão importante sobre o papel dos meios de comunicação e da cultura na construção das identidades de gênero e sexualidade. Ele mostra que a escola está sempre permeada por essas influências, que podem tanto reforçar quanto questionar as normas heteronormativas. Para Miskolci, o currículo oculto — aquilo que não está formalmente ensinado, mas é transmitido nas relações e práticas cotidianas — é fundamental para manter ou desconstruir essas normas.

Por fim, Adriana Vianna (2015; 2019) destaca como gênero, raça e classe se entrelaçam nas experiências escolares. Ela aponta que as normas da escola muitas vezes ignoram as especificidades das identidades negras e das comunidades periféricas. Vianna propõe uma abordagem interseccional, que reconheça as múltiplas formas de opressão presentes e ajude a criar práticas pedagógicas voltadas para a justiça social e a emancipação.

Quando pensamos sobre identidade, poder e educação, é importante entender como diferentes ideias se conectam para explicar nossas experiências no mundo. Judith Butler, por exemplo, nos mostra que o gênero não é algo fixo ou natural, mas algo que a gente “faz” todos os dias, por meio do jeito que falamos, nos movemos e interagimos. Ou seja, o gênero é uma construção social que está sempre sendo recriada.

Michel Foucault, por sua vez, ajuda a entender como o poder age em nossas vidas. Ele fala do dispositivo de poder, que é um conjunto de regras, práticas e discursos que controlam nossos corpos e a forma como nos vemos. Além disso, ele apresenta o conceito de biopoder, que mostra como o poder regula não só os indivíduos, mas

[Digite aqui]

também populações inteiras, cuidando (ou controlando) a saúde, a sexualidade e o modo como vivemos.

Já Eliane Louro traz uma visão importante para a educação, ao falar da pedagogia da diferença. Ela defende que a escola deve ser um espaço que valorize as diferenças entre as pessoas, que acolha a diversidade e ajude a desconstruir preconceitos. Assim, a educação se torna um lugar para aprender a respeitar e celebrar quem somos, com todas as nossas singularidades.

Juntas, essas ideias nos ajudam a entender que nossas identidades são construídas no dia a dia, que o poder está presente nas normas e instituições que vivemos, e que a escola pode (e deve) ser um espaço para cultivar o respeito e a diversidade.

3 GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1 O Currículo como Espaço de Disputa

O currículo escolar não é só uma lista neutra de conteúdos a serem ensinados; ele é, na verdade, um espaço cheio de debates políticos, culturais e sociais sobre quais conhecimentos são considerados importantes e valorizados. Como dizem Pimenta e Lima (2011, p. 45), “o currículo é um campo de conflitos e tensões, onde diferentes projetos de sociedade se manifestam e se enfrentam”. Quando falamos de gênero e sexualidade, essas disputas ficam ainda mais claras, porque mexem com normas dominantes e com o reconhecimento da diversidade.

Além do que está formalmente no currículo, existe o chamado currículo oculto. Esse conceito, apresentado por Jackson (1968), se refere ao conjunto de valores, normas e atitudes que são transmitidos de maneira implícita no dia a dia da escola. Muitas vezes, isso acontece sem que ninguém perceba, mas tem um impacto muito forte na forma como os alunos se socializam. Quando esse currículo oculto reforça estereótipos de gênero, exclusão de identidades e preconceitos, ele ajuda a manter as desigualdades e a discriminação. Louro (2011, p. 102) alerta: “a escola que não questiona o currículo oculto corre o risco de reproduzir práticas excludentes que naturalizam as desigualdades de gênero e sexualidade”.

Por isso, incluir de forma consciente e crítica temas relacionados a gênero, sexualidade e diversidade no currículo formal é algo fundamental. Essa atitude ajuda a

[Digite aqui]

construir um ambiente escolar mais plural, acolhedor e justo, onde o respeito às diferenças e a busca pela equidade possam realmente acontecer.

3.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas e Transformadoras

Para que temas como gênero e sexualidade sejam realmente incluídos na escola, é preciso apostar em práticas pedagógicas que sejam interdisciplinares e inovadoras. Como lembra Silva (2015, p. 87), “projetos que envolvem literatura, história, artes e ciências humanas ajudam a questionar criticamente as normas sociais e a valorizar as diferenças”.

Atividades como rodas de conversa, análises de textos e filmes, debates sobre direitos humanos e a história dos movimentos sociais são ferramentas valiosas para desconstruir preconceitos e ampliar a empatia dos estudantes. Freire (1996, p. 61) enfatiza que “o diálogo é a essência da educação que liberta”, mostrando a importância de criar espaços onde as vozes dos alunos possam ser ouvidas e respeitadas, principalmente aquelas que vêm das suas próprias experiências e identidades diversas.

Além disso, é fundamental que a escola crie ambientes seguros e acolhedores, onde estudantes que não se encaixam nas normas tradicionais de gênero e sexualidade possam se sentir protegidos e valorizados. Guimarães (2013, p. 74) destaca que “espaços escolares inclusivos ajudam no desenvolvimento completo dos alunos, prevenindo a violência e o bullying”.

3.3 Desafios e Resistências no Contexto Educacional

Apesar de termos avançado bastante nas discussões teóricas e nas políticas públicas que defendem a inclusão dos temas de gênero e sexualidade na educação, colocar isso em prática ainda enfrenta muitos obstáculos. Grupos conservadores, como o movimento conhecido como “Escola sem Partido”, tentam barrar essas discussões, vendo nelas uma ameaça aos valores tradicionais (Oliveira, 2017, p. 123).

Além disso, muitos professores dizem que não recebem a formação adequada nem o apoio da escola para conduzir esses debates, o que acaba gerando insegurança e medo de sofrer retaliações (Ferreira; Santos, 2018, p. 58). Para superar essas dificuldades, é fundamental que existam políticas públicas que ofereçam capacitação contínua para os professores e garantam o suporte institucional necessário. Assim, será possível enfrentar as resistências e fortalecer uma cultura escolar que valorize a diversidade e a justiça social (Louro, 2011).

[Digite aqui]

4 FORMAÇÃO DOCENTE E A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM CRÍTICA

A formação inicial e continuada dos professores é fundamental para que os temas de gênero e sexualidade sejam abordados na escola com a profundidade, responsabilidade e sensibilidade que esses assuntos exigem. Como Louro (2011, p. 139) lembra, “a falta de preparo específico e de um embasamento teórico sólido na formação dos docentes muitas vezes acaba reproduzindo estigmas, preconceitos e práticas que excluem dentro do ambiente escolar”. Por isso, investir na qualificação dos educadores é essencial para que as políticas de inclusão realmente funcionem e para promover uma escola plural e democrática.

Os cursos de licenciatura e os programas de formação continuada precisam integrar, de forma transversal, disciplinas e oficinas que falem sobre teorias contemporâneas de gênero, sexualidade, diversidade e direitos humanos. Gomes (2017, p. 87) destaca que “a formação dos professores deve ir além da simples transmissão de conteúdo; ela deve ser um espaço para reflexão crítica, que permita desconstruir antigos paradigmas e construir novas práticas pedagógicas com uma visão emancipatória”.

Além disso, a escola deve criar e incentivar espaços permanentes de diálogo e reflexão entre os professores, onde eles possam compartilhar experiências, discutir dificuldades e trocar conhecimentos. Esses ambientes colaborativos são essenciais para o desenvolvimento de uma prática pedagógica consciente e transformadora, capaz de enfrentar os desafios e resistências que surgem ao incluir temas de gênero e sexualidade no dia a dia escolar (Ferreira; Santos, 2018).

Por isso, a formação dos docentes precisa contemplar não só o conhecimento teórico, mas também a transformação das atitudes e das relações dentro da escola. Como Freire (1996, p. 54) afirma, “educar é um ato de amor, e amor implica compromisso com a transformação da realidade”. Dessa forma, uma formação que privilegia a crítica e a reflexão se torna um instrumento poderoso para construir uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças, na valorização da diversidade e no combate à discriminação.

5 ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao trabalhar temas delicados como sexualidade e gênero, o plano adotou uma abordagem baseada no diálogo, usando estratégias que incentivaram a participação ativa dos alunos, como discussões e atividades práticas, por exemplo, a criação de cartazes.

[Digite aqui]

Essa forma de ensinar ajudou os estudantes a pensarem criticamente e questionar preconceitos e estigmas que existem há muito tempo na nossa sociedade.

Seguindo a ideia de Judith Butler, que desafia a ideia de que gênero é algo natural e fixo, mostrando que ele é construído socialmente através de atitudes e comportamentos, o plano buscou desconstruir estereótipos ao mostrar a diversidade de expressões de gênero e orientações sexuais. Ao reconhecer que as identidades são variadas e mudam ao longo do tempo, o plano ajudou a enfrentar as normas rígidas de gênero que, por muito tempo, limitaram e marginalizaram quem não se encaixa nos padrões tradicionais.

Já Michel Foucault destacou como o poder, o conhecimento e os discursos moldam a forma como regulamos os corpos e a sexualidade. Nesse sentido, o plano de aula funcionou como um espaço de resistência, questionando as ideias dominantes sobre sexualidade e dando aos alunos um ambiente para construir conhecimentos que respeitam a diversidade. A discussão sobre consentimento e respeito mútuo também fortaleceu a importância ética da sexualidade, que é essencial para formar cidadãos conscientes.

No entanto, o plano poderia ter sido ainda melhor com debates mais profundos sobre interseccionalidade — ou seja, como gênero e sexualidade se cruzam com outras questões sociais como raça, classe e deficiência. Isso ajudaria a ampliar a compreensão da diversidade humana em suas várias dimensões. Além disso, incluir materiais que representassem diferentes realidades e culturas teria enriquecido o conteúdo, promovendo maior identificação e envolvimento dos estudantes.

Outro ponto importante seria oferecer mais capacitação e apoio para os professores lidarem com possíveis resistências ou conflitos em sala de aula, garantindo que o ambiente fosse seguro e acolhedor para todos.

Em resumo, o plano de aula mostrou ser uma ferramenta pedagógica relevante para promover a educação em gênero e sexualidade, alinhada às diretrizes da BNCC e aos debates atuais sobre direitos humanos e diversidade. Foi um passo importante para construir uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com o respeito às diferenças, embora ainda precise ser aprimorado para abordar melhor a complexidade das identidades e garantir uma prática mais interseccional e conectada com o contexto dos alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[Digite aqui]

As contribuições teóricas de Judith Butler e Michel Foucault revelam que gênero e sexualidade são construções sociais complexas, intrinsecamente entrelaçadas com relações de poder que atravessam as instituições sociais, especialmente a escola. Compreender essas dimensões é imprescindível para que a educação básica possa cumprir seu papel emancipatório e transformador, promovendo um ambiente escolar onde a diversidade seja não apenas reconhecida, mas efetivamente valorizada em sua pluralidade.

A inserção de discussões críticas sobre gênero e sexualidade no currículo escolar transcende a esfera pedagógica e se configura como um ato político de resistência contra estruturas hegemônicas que historicamente marginalizam identidades dissidentes. Tal inserção exige coragem institucional para enfrentar os desafios e resistências provenientes do conservadorismo social e das tensões culturais presentes no cotidiano escolar. A promoção da formação docente contínua, que dialogue com as teorias contemporâneas e que favoreça a construção de práticas pedagógicas inclusivas e reflexivas, é fundamental para assegurar a eficácia dessas transformações.

Nesse sentido, a escola pode se constituir como um espaço privilegiado de resistência às normas opressoras, um local onde identidades diversas possam ser experimentadas, reconhecidas e respeitadas, possibilitando a construção de sujeitos autônomos, críticos e preparados para conviver em uma sociedade plural. Assim, a educação deixa de ser mera reprodutora de normas excludentes para tornar-se um agente ativo na promoção da justiça social, da dignidade humana e do respeito às diferenças. Portanto, reafirma-se que a incorporação crítica dos debates sobre gênero e sexualidade na educação não apenas contribui para a formação integral dos estudantes, mas é também um imperativo ético e político para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Vol. 1, 2, 3 e 4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

[Digite aqui]

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SCOTT, Joan W. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, 1991.

CANDAU, Vera Maria. *Educação em Direitos Humanos: Desafios da construção de uma cultura democrática*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012.